

Capítulo 5

Como Shizuo Osawa se tornou o “Mário Japa”

Seria difícil contar a história de Shizuo Osawa sem mencionar como fiquei sabendo sobre ele. Um dia, colegas do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo me falaram sobre um guerrilheiro *nikkei* da década de 1960. Eles não lembravam seu nome, apenas sua ligação com o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo. Não demorou muito para descobrirmos que eles estavam falando de Shizuo Osawa, mais conhecido por seu nome de guerra, “Mário Japa” (ver figura 26).

Comecei a procurar documentação escrita sobre Osawa – matérias jornalísticas, registros policiais e coisas desse tipo. Mas, estranhamente, nada constava, nem sobre Shizuo Osawa nem sobre Mário Japa, antes de seu exílio, em 1970. Ele não aparecia nos cartazes de pessoas procuradas nem era mencionado em artigos de jornais. Dessa forma, boa parte de minha busca ficou restrita aos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, o Deops, que, segundo eu imaginava, estariam repletos de informações. Dirigi-me aos Arquivos do Estado de São Paulo para examinar os documentos lá existentes, e o funcionário que recebeu minha solicitação desapareceu nas entranhas do



Figura 26. Fotos do “bom” Shizuo Osawa e do “mau” Mário Japa.
Do Ministério do Exército, Gabinete do Ministro,
Centro de Informações do Exército,
Indivíduos banidos do território nacional, 29.

prédio. Ao voltar, ele se desculpou: não havia pastas com o nome de Shizuo Osawa. Pedi-lhe que verificasse novamente, desta vez usando grafias como Osava e Chizuo, e invertendo a ordem dos nomes. Nada.

De repente, entendi. Talvez “Shizuo Osawa” nunca tenha existido para o Deops. Talvez ele fosse conhecido apenas como “Mário Japa”. Preenchi uma nova guia de solicitação. E lá estava ele, assunto de várias pastas. Eu havia encontrado Mário Japa.

Ao folhear as centenas de páginas, novamente me surpreendi. As forças do governo sabiam perfeitamente que “Mário Japa” era o codinome de Shizuo Osawa. Eles conheciam seu nome de nascimento, seu histórico escolar, seus pais, sua família. Eles sabiam de sua trajetória política, e que ele era um membro importante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No entanto, o Deops jamais abriu uma pasta para “Shizuo Osawa”. Para eles, “Shizuo Osawa” não passava de um codinome de Mário Japa.¹

A análise do significado dos nomes “Shizuo Osawa” e “Mário Japa” me levou a uma segunda tentativa de “conhecer” a pessoa que é o tema deste capí-

tulo. Tudo começou numa conferência acadêmica realizada no Brasil, quando comentei com um amigo a estranheza do fato de o Deops só ter registros de “Mário Japa”. “Mário”, exclamou meu amigo com um largo sorriso, “Ele e eu militamos juntos. Ele é um grande sujeito e mora no Rio”. Quarenta e oito horas depois ele havia entrado em contato com “Mário” e eu estava convidado para um encontro com o ex-revolucionário.

Eu estava nervoso. Praticamente tudo o que eu sabia sobre Shizuo Osawa/Mário Japa provinha dos arquivos do Deops e de estudos acadêmicos sobre os tempos da luta armada no Brasil. Eu ficara sabendo que ele vivia numa clandestinidade tão profunda, e que ele era tão importante dentro da VPR, que nem seus companheiros nem a polícia conheciam seu verdadeiro nome, que só foi descoberto dias após sua captura. Ele era casado com uma ex-integrante da VPR, chamada Maria do Carmo Brito (codinome, Lia), a quem a imprensa chamava “a loura assassina”. A historiografia retratava Mário Japa como o bravo entre os bravos, associando a seu nome termos como *kamikaze*. A literatura secundária enfocava também sua captura após um acidente de carro, fazendo com que eu me perguntasse se, nos tempos posteriores à ditadura, o público ainda se recordaria do estereótipo dos japoneses como maus motoristas, mencionado por mim no capítulo 2.²

No elevador, a caminho do apartamento de Osawa, eu estava tenso. Como eu deveria chamá-lo? Toquei a campainha e me preparei para encontrar o que eu imaginava que seria um revolucionário armado de metralhadora. Em vez disso, um homem de meia-idade abriu a porta, e não demorou muito para ele me falar sobre sua filha e seus estudos. Uma mulher simpática me convidou para sentar e serviu refrigerantes e salgadinhos, me perguntado sobre minha família e meus filhos. Eu havia conhecido Mário Japa e Lia.

* * *

O homem que conheci naquele dia, no Rio de Janeiro, nem sempre foi Mário Japa. Shizuo Osawa nasceu em 1946, numa minúscula comunidade agrícola do estado de Minas Gerais. Ele era o terceiro de seis filhos, e passou boa parte dos primeiros tempos de sua vida em zonas rurais, mudando-se periodicamente, em intervalos de alguns anos. Seu pai, um agricultor arrendatário que havia emigrado do Japão, limpava e trabalhava terras. Na infância, Osawa morou principalmente no estado de São Paulo. A família se mudou de

Guairá (a cerca de 100 quilômetros a noroeste da cidade de Ribeirão Preto) para Riolândia (àquela época conhecida como “Viadinho do Porto”), e depois para Cardoso (ver mapa, capítulo 3).

Em todos esses locais, Osawa e sua família viviam em meio a imigrantes e seus filhos nascidos no Brasil.³ Os pais falavam aos filhos em japonês, e as crianças conversavam entre si em português, japonês e uma mistura de ambos. Nos domingos, dia de cinema, o jovem Shizuo, sua família e seus amigos, aboletados numa carroça puxada a trator, iam se juntar a centenas de outros *nikkeis* num galpão alugado, na qual um lençol branco se transformava numa tela onde filmes japoneses eram projetados. Na memória de Osawa, a cena permanece vívida: “Vi uma quantidade infinita de filmes (japoneses). E, às vezes, passavam filmes violentíssimos! Eu já tive cada pesadelo, sendo cortado pelos samurais, tiroteios e essas coisas. Eu não entendia nada. Esse negócio era tão sério, que eu cheguei a ver filmes mudos, aqueles filmes japoneses que tinham samurais”.⁴

Osawa começou seus estudos em Riolândia, caminhando com seus amigos por quase uma hora para chegar à escola rural, onde a maioria dos alunos eram filhos de arrendatários japoneses. Os pais de Osawa, Gentaro e Hamayo, levavam a educação a sério, e todas as crianças da família frequentaram a escola primária.

Meu pai tinha uma regra rígida: se os filhos fossem bons estudantes nos primeiros anos [da escola primária] ele dava o primário. Então ele fazia tudo, e tal, mas tinha que ter o primário, pelo menos. Se fosse bom estudante, continuaria. Ele pagava o curso, a hospedagem, fazia qualquer coisa. Meu irmão, por exemplo, viveu num internato, que meu pai pagou e tal. Agora, se foi mau aluno nos primeiros anos, aí vai trabalhar na roça! (risos). Foi o que aconteceu com meu irmão dois anos mais velho que eu: não foi bem na escola, então foi trabalhar na roça. Era como um castigo.

A identidade nipo-brasileira de Osawa foi formada num contexto de catolicismo forçado, a religião declarada publicamente por seus pais, “sem ir à igreja nem nada”. Na verdade, a família de Osawa era budista, mas depois da Segunda Guerra Mundial e da ascensão da Shindo Renmei na região paulista onde eles viviam, “a repressão era tão grande, que alguém que fosse visto praticando algum rito, algum ritual budista, essas coisas, era reprimido”. Os pais budistas de Osawa, então, adotaram publicamente a religião católica.

Osawa brincava que era “para brasileiro ver”, parodiando a expressão novecentista “para inglês ver”, que se referia à proibição oficial do tráfico de escravos pelo Estado brasileiro, que, entretanto, o aceitava tacitamente. O catolicismo público da família Osawa ajudou a educar seus filhos, uma vez que, em Riolândia, havia uma única escola, e a professora era a esposa “muito católica” do proprietário de terras local. Ela insistia em aulas de catecismo e na primeira comunhão (ver as discussões sobre catolicismo e batismo no capítulo 4). Conseqüentemente, Osawa passou a fazer uma distinção nítida entre o modo brasileiro (que aceitava o catolicismo) e o modo japonês (que o rejeitava).

Na mente de Osawa, essa distinção entre Brasil e Japão não era apenas religiosa. Ela resultava também do fato de o Estado brasileiro aceitar determinados aspectos da preservação da identidade étnica, tais como deixar constar nas certidões de nascimento os nomes escolhidos pelos pais para seus filhos, quaisquer que fossem eles. Assim, Osawa e seus dois irmãos mais velhos eram chamados, em casa e em seus documentos oficiais, pelos nomes que receberam ao nascer, Koichi, Jundi e Shizuo. No entanto, em questões de identidade, os pais e o Estado tinham um rival. O padre da localidade recusava-se a batizar crianças com nomes japoneses. Os pais de Osawa disseram a seus irmãos mais velhos que se preparassem para dizer ao padre que tinham “nomes brasileiros”. Dessa forma, Koichi e Jundi foram batizados como Nelson e Antônio, passando a ser conhecidos fora de casa por esses nomes. Quando chegou a vez do pequeno Shizuo ser batizado, “minha mãe até me disse que, se precisasse de um nome, eu me chamaria Carlos”. Mas o padre não pediu um nome brasileiro. Como Osawa explicou, com uma risada: “No meu caso, ele não pediu. Sei lá o que aconteceu. Talvez ele tenha achado que o nome ‘Shizuo’ era um japonês falando errado ‘Jesus’”.

A maioria dos *nikkeis* tinha nomes múltiplos que refletiam múltiplos espaços de identidade. Osawa, contudo, tanto em casa quanto na rua, na igreja ou na escola, era apenas Shizuo. Essa identidade relativamente consistente foi ameaçada quando ele tinha dez anos, e sua família se mudou para a cidade de Cardoso, próxima à fronteira do estado de Mato Grosso. Lá, Osawa foi para uma escola onde 90% dos alunos eram “brasileiros” (não-*nikkeis*). Em Cardoso não havia escola secundária, que só existia na cidade maior de Votuporanga (a cerca de 40 quilômetros ao sul de Cardoso e a cerca de 520 quilômetros da cidade de São Paulo). Gentaro Osawa encontrou, em Votuporanga, uma famí-

lia japonesa disposta a hospedar seu filho, e Shizuo, então com 12 anos de idade, deixou sua família e o interior étnico para sempre.

Osawa permaneceu em Votuporanga por dois anos e meio, vivendo com duas famílias diferentes, ambas de imigrantes japoneses. Ele ganhou uma série de prêmios por sua inteligência e aplicação e apareceu na televisão e na rádio locais. Pela primeira vez em sua vida, Shizuo ganhou um novo nome, o “Cérebro Atômico”, dado a ele por um jornal da cidade em referência a seu intelecto e à tecnologia implícita em sua etnicidade. Shizuo parecia destinado ao sucesso, mas, em 1961, a colheita não foi boa. O pai de Osawa decidiu abandonar seu trabalho como agricultor arrendatário e tentar a vida na cidade. Gentaro Osawa, primeiramente, foi para Ribeirão Preto, e depois para Santo André, uma cidade de 245 mil habitantes a cerca de 25 quilômetros de São Paulo (em 2004, sua população havia aumentado para mais de 650 mil habitantes), onde ele comprou um pequeno comércio. Quando não estava na escola, Shizuo trabalhava com o pai, atendendo no balcão onde eles vendiam bebidas alcoólicas, refrigerantes e lanches. Osawa lembra que:

Era até engraçado, porque tinha um bandido famoso lá em Santo André, que ia se refugiar naquelas redondezas. E, de vez em quando, ele aparecia lá no nosso negócio, no bar [e] ele se comportava. Esse é o negócio com os japoneses, ele respeitava muito a gente. Ele assaltava muitas lojas no bairro, mas, no bar, nunca fez nada. Esse é um dos dados que eu vejo, esse respeito com o japonês. Ele assaltava muita coisa, mas no nosso bar ele não mexia. Ele respeitava. E foi aí que comecei a ver esse negócio [de respeito pelos nipo-brasileiros].

Os bandidos e os marginais fizeram com que Osawa se desse conta de que um dos componentes da essencialização dos *nikkeis* era o exaltar-se. Embora Osawa estivesse narrando suas memórias da adolescência no contexto mais amplo da discussão de sua vida de militância, as interações com o bandido de Santo André não apareceram como tendo desempenhado um papel na sua politização. Ao contrário, em meados de 1962, Osawa começou a trabalhar num escritório e a cursar a escola secundária no turno da noite. Logo depois, ele assumiu um cargo num banco e entrou para a Faculdade Casper Líbero, então a única escola de jornalismo de São Paulo. Todas as manhãs, ele tomava o trem de Santo André para São Paulo para ir à faculdade, voltando à tarde para trabalhar no banco. Embora os alunos de jornalismo não fossem particularmente ideológicos, Osawa deu uma guinada para a esquerda que ele hoje vê como idiossincrática:

É muito curioso, porque minha trajetória é muito diferente da trajetória do pessoal que entrou na luta armada, de toda essa geração. Porque a minha evolução foi muito individual. Eu lia muito, mas a consciência veio porque eu morava lá onde meu pai tinha um bar, e era um lugar muito pobre. Eu, no colegial, já tinha uma certa noção dessa diferença de classe. Eu notava que, no ônibus, eu era o mais alto, o mais alto do bairro, mas, na escola, eu era o mais baixo. E Santo André, naquela época, no começo dos anos 1960, tinha uma classe média muito tradicional... pequena, mas muito tradicional. Extremamente conservadora. Era uma coisa estranha.

Eu, por exemplo, não conseguia ir no cinema chique da cidade, da classe média, porque tinha que ir de terno e eu não tinha um paletó. Quer dizer, não tinha os trajes correspondentes. Só para você ver como era tradicional. Eu acho que foi daí que começou.

A menção de Osawa à sua altura nos faz pensar numa lembrança semelhante de Rioco Kaiano, citada no capítulo 3. Seu senso de diferenças de classe foi reforçado por seus colegas da faculdade de jornalismo, a quem ele via como “mais sofisticados e esnobes... eu não me encaixava bem”. Ele entrou para o sindicato dos bancários e, depois de participar de uma greve, foi punido com uma transferência para Curitiba. Com essa mudança forçada, Osawa abandonou a faculdade e passou a trabalhar em tempo integral no banco, continuando sua participação política, principalmente em reivindicações de melhorias salariais.

Osawa conta a história dessa fase de sua vida (os anos finais de sua adolescência e seus vinte e poucos anos) como sendo de aquisição de consciência de classe e de ingresso na esquerda. Quando lhe perguntei sobre suas lembranças étnicas, ele afirmou não ter nenhuma desse período. Fiquei surpreso, portanto, quando ele me contou que, quando morava em Curitiba, havia escrito um artigo sobre a identidade *nikkei*. O ensaio “Eles querem ser brasileiros” foi publicado na *Revista Panorama*, e tratava a etnicidade e a identidade de um ângulo psicológico, baseando-se em sua leitura da tradução portuguesa de *The Divided Self: A Study of Sanity and Madness* (1960), do psiquiatra R. D. Laing. Osawa defendia o ponto de vista de que a crença vigente na sociedade majoritária de que os *nikkeis* não eram brasileiros típicos impedia muitos deles de terem personalidades suficientemente equilibradas e de se tornarem plenamente brasileiros.

Nasce daí um emaranhado de recalques, uma tremenda confusão íntima. A perplexidade torna-os aparentemente adaptados. Na verdade, há pouca autenticidade em seus senti-

mentos e julgamentos de valores ocidentais. O seu íntimo, também, é uma tentativa de autocompreensão. A inibição, neles, tem raízes profundíssimas. Num mundo onde a extroversão é exaltada, são, às vezes, obrigados a fabricar emoções e reações para fingir uma perfeita assimilação. Esse fingimento, essa imitação ridícula, acaba por agravar os conflitos dos mais sensíveis.

Há um permanente constrangimento nas relações dos *niseis*, o que provoca neles um isolamento bem acima do normal. A solidão, a absoluta incapacidade de comunicação, é uma característica da quase totalidade deles. Alguns, numa aparente incoerência, manifestam verdadeira aversão pelos asiáticos e procuram refúgio junto aos ocidentais.

Marcados por um grande excesso de frustrações, geralmente são aplicados no trabalho e nos estudos. Eles são louvados pela capacidade de produzir e aprender. Chega-se a confundir seu esforço com inteligência privilegiada. O *nisei* comum, porém, tem enorme carência de cultura geral. Sua dedicação, na verdade, é uma total submissão às exigências dos professores, na tentativa de compensar uma falha afetiva. Facilidade de assimilação é uma visão unilateral e excessivamente otimista de uma perigosa resignação. Os *niseis* são por demais crédulos. A vivência confunde-os, mais que os orienta...

Não é ainda o momento de se exigir deles uma adaptação completa. Lutam ainda contra uma resistência paterna e patriarcal. Não querem o reconhecimento formal de seus méritos, alguns falsos. Necessitam apenas de uma compreensão mais profunda, um afeto mais autêntico e, sobretudo, de uma orientação segura e sadia. Repudiá-los com ridicularização é desprezar uma utilíssima capacidade de produção, e retarda neles o processo de assimilação.⁵

O artigo de Osawa pode ser analisado em muitos níveis. Em primeiro lugar, embora análises acadêmicas e jornalísticas sobre a assimilação étnica fossem comuns em meados da década de 1960 na imprensa não-étnica, eles raramente eram escritos por membros das comunidades étnicas em questão. Osawa, então, talvez tenha sido o único nipo-brasileiro a publicar um artigo sobre identidade num fórum não-*nikkei*, nessa época. O artigo também era incomum por sua insistência em que a integração não era um “problema” da minoria, mas sim da maioria. No entanto, Osawa fazia essas afirmações de um ponto de vista distanciado, retratando seus objetos como se diferentes dele próprio, nunca usando as palavras *eu* ou *nós*. Numa nota do autor, ele chegou a insistir em que os leitores não associassem sua própria etnia ao artigo em si.

As reflexões de Osawa sobre identidade não fizeram dele um adversário ativo do golpe militar de 1964. Ele, na verdade, respeitava o político brasileiro Carlos Lacerda (que ele hoje considera de “extrema direita”) e o presidente dos

Estados Unidos John F. Kennedy, sobre quem ele escreveu de forma elogiosa no jornal *Casper Líbero*, artigo esse que ele hoje rotula de “uma de minhas vergonhas passadas”. Osawa continuou a militar no sindicato dos bancários, o que acabou por levar a uma nova transferência, dessa vez para Brasília, mas, em 1966, com vinte anos de idade, ele estava de volta a Santo André, e sua carreira nas finanças havia chegado ao fim. Osawa passou a dar aulas particulares para alunos de ensino médio, e foi um dos duzentos jovens adultos a se candidatar a um estágio no Ação Comunitária, um projeto financiado pela Fundação Rockefeller e voltado para o trabalho com populações pobres no Peru, na Venezuela e no Brasil. Osawa, um dos seis selecionados, entrou em contato, pela primeira vez, com estudantes de idade universitária que cursavam humanidades e ciências sociais. Foi então que ele decidiu cursar uma matéria na USP, estudando filosofia com Marilena Chauí, professora e intelectual de renome, que mais tarde, após o fim da ditadura, viria a ser Secretária Municipal de Cultura de São Paulo. Segundo Osawa, Chauí era “uma metralhadora falante, e eu não entendia nada”, o que, entretanto, não o fez desistir. Nas aulas de sociologia, ele conheceu estudantes que militavam na política. Quando ele foi à Venezuela para uma conferência do Ação Comunitária, em fins de 1967, seus colegas da USP deram-lhe alguns contatos. Durante as três semanas que passou em Caracas, ele se tornou cada vez mais politizado.

Ao voltar ao Brasil, Osawa resolveu estudar na USP em tempo integral. Ele se filiou à VPR, como militante estudantil e, em fins de 1967, ingressou na ala guerrilheira. Uma de suas primeiras tarefas foi escolher um codinome para que os outros não pudessem identificá-lo, caso fossem capturados. Ele escolheu Mário, um nome aparentemente inócuo, mas que, da perspectiva de Osawa, era impregnado de significado étnico.

Mário era um imigrante japonês baixinho, que era um exemplo do desajuste de quem imigrou e não conseguiu se adaptar... Era um japonês baixinho que vivia pelas estradas, sempre bêbado, embriagado. E passava pelas casas, pedindo comida, dinheiro... E para mim ficou aquela imagem daquele japonês completamente inadaptável. Que não deu certo aqui. Depois, eu nem sei o que aconteceu com ele. Deve ter morrido. As pessoas até ajudavam, davam alguma coisa, mas ele não tinha... que eu saiba, ele não tinha família, nem nada. Vivia abandonado. Era o japonês de rua. Só que não era da rua, porque era no meio rural. Ele vivia caminhando naquelas estradas, horas e horas, para conseguir alguma comida, ou parar em algum barzinho... e bebia. E ia em frente. Às vezes dormia no meio da es-

trada, passava as noites ali, abandonado... Então, quando eu entrei na organização e precisava escolher um nome, para mim o símbolo da pessoa humilhada, ofendida, que não tinha futuro, era o Mário.

Osawa nunca falou a seus companheiros sobre o significado do nome escolhido por ele. Na verdade, quando perguntei a ele sobre o codinome, ele comentou que o Mário real era a única coisa de que ele se lembrava de sua primeira infância na comunidade rural japonesa de Guairá. O nome *Mário*, então, não foi apenas uma escolha política, mas também a maneira de um *nikkei* “abrasileirado” manter um vínculo com seu passado étnico.

Como Mário, Osawa conseguiu fundir seu passado étnico e sua ideologia política. O nome também tinha usos estratégicos, porque os militantes nipobrasileiros, pelo menos na mente de Osawa, tinham que esconder as identidades que constavam em seus documentos, tanto quanto suas identidades públicas. “E além disso, *Mário* era um nome muito usado pelos japoneses. Então, escolhi um nome que achei que não ficaria mal para um ‘Japão’. Se eu escolhesse, por exemplo, *Inocêncio*... Eu, por exemplo, tenho um irmão que se chama Jacinto... mas é um nome que, num japonês, pode chamar atenção”.

Nas recordações de Osawa, o jogo de significados presente no codinome *Mário* era carregado de superposições étnicas. Ele escolheu honrar a memória de um imigrante japonês, mas o nome flutuava entre interpretações majoritárias e minoritárias, exatamente por ser inócuo. Também chama a atenção o fato de Osawa colocar o codinome como a antítese do nome brasileiro de seu irmão. Por um lado, ele via o batismo e o nome brasileiro de seu irmão como parte de um movimento em direção a uma identidade nacional fixa. No entanto, a crença de Osawa de que seu “nome japonês” (Shizuo) fora aceito pelo padre do lugar porque “soava parecido com Jesus” associava-se à sua lembrança de assumir um “nome brasileiro” (*Mário*) pela primeira vez na vida, em parte para disfarçar sua identidade.

A explicação de Osawa sugere o terreno étnico no qual até mesmo os aspectos mais mundanos da história brasileira podem se produzir. Mas o novo nome não era simplesmente *Mário*. Era *Mário Japa*. Quando questionei Osawa sobre isso, sua resposta foi que ninguém, antes, havia perguntado sobre seu codinome. Ele então falou da maneira essencializada pela qual os *nikkeis* eram vistos no Brasil: “Eu só escolhi o nome *Mário Japa*, para falar a verdade, veio dos companheiros, que acrescentaram. Eu não escolhi”.

Por que razão “Mário” foi obrigado a acrescentar “Japa” a seu codinome? Por que os militantes, engajados numa luta de vida ou morte, correriam o risco de usar essa denominação que “perdia todo o poder como codinome ou nome de guerra [porque], quando as pessoas diziam que o grupo tinha um ‘Mário Japa’, todo mundo sabia que havia um japonês no grupo e, uma vez que nós [*nikkeis*] somos minoria, seria ainda mais fácil para a polícia nos identificar”. Quando Osawa tentou convencer seus companheiros a parar de chamá-lo de “Japa”, chegando a mudar seu codinome para “Fernando”, por que eles se recusaram? É claro que nenhum brasileiro seria capaz de ver um nipo-brasileiro como um simples brasileiro, e ninguém poderia imaginar “Mário” a não ser como “Mário Japa”.

Shizuo Osawa havia se transformado em Mário Japa, embora fossem poucos os que soubessem da associação entre os dois nomes. Em 1968, ele e seus colegas de radicalismo semeavam medo nos corações dos defensores do *status quo* brasileiro. No final de julho, ele participou de um dos atos mais audaciosos até então vistos pela ditadura: a invasão e ocupação da Rádio Independência, em São Bernardo do Campo, uma grande cidade da periferia de São Paulo. Assumindo o controle da transmissão, ele leu uma mensagem revolucionária escrita por Carlos Marighella e depois desapareceu na noite. Em fins de 1969, Osawa foi enviado à Argélia para participar de um curso de treinamento de guerrilha. Após retornar ao Brasil, ele e Celso Lungaretti compraram a terra que veio a se tornar o campo de treinamento da VPR no Vale da Ribeira, discutido no capítulo 3.⁶

No final de 1969, Mário Japa era um dos líderes das operações da VPR em São Paulo. Em sua vida pública, ele permanecia como Shizuo Osawa, continuando a usar seu verdadeiro nome e seus documentos legítimos. Informações sobre suas atividades clandestinas eram difíceis de obter, uma vez que ele continuava desconhecido da maioria dos militantes e dos policiais e soldados que procuravam pelo “japonês” misterioso, ou pelos muitos “japoneses” misteriosos. Em seu papel de militante, ele detinha uma grande quantidade de informações que lhe haviam sido confiadas porque, nas palavras do próprio Osawa, “o asiático... [é o] soldado ideal para qualquer general”.⁷ Em sua persona pública, Osawa era apenas um jovem “japonês”, quieto e estudioso.⁸ A típica aparência étnica de Osawa permitia que ele comprasse terras para o campo de treinamento e alugasse apartamentos e casas seguras.⁹ Martha Vianna, em sua biografia autorizada de Maria do Carmo Brito, a então

companheira-militante e hoje mulher de Osawa, dá ênfase à forma pela qual a etnicidade disfarçava o militante: “Um sorriso tranqüilo, poucas palavras, o comentário preciso e às vezes mordaz, uma paciência e carinho orientais com crianças, ele poderia ser o mestre querido numa escola primária ou o espião perfeito, com o sangue-frio e o controle nas situações mais caóticas”.¹⁰ Essa imagem de Osawa, tal como visto por uma pessoa de fora, expressa bem o poder da etnicidade nipo-brasileira, que, segundo ele, lhe permitia “uma facilidade tremenda para alugar casa para os companheiros que a polícia já estava atrás. Eles [os proprietários] nem pediam documentos, fiador, essas coisas”.

Em julho de 1969, a VPR se juntou ao Comando de Libertação Nacional (Colina), para formar a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares).¹¹ Essa aliança se desfez alguns meses mais tarde, e a VPR foi reforçada quando o ex-capitão Carlos Lamarca assumiu nela um papel de liderança. As lembranças de Osawa sobre a VPR, contudo, não se centram em Lamarca, mas sim no teórico e dirigente da VPR em São Paulo, Ladislau Dowbor, conhecido pelo codinome de “Jamil”. Dowbor diferia de muitos ideólogos revolucionários por acreditar que a opressão não se baseava exclusivamente em questões de classe social.¹² Osawa entendia a “tese de Jamil” como o resultado da relação fracassada de Dowbor com uma mulher judia-brasileira, cujos pais (a maior parte da família havia perecido na Polônia, durante a Shoah) a mandaram para Israel para pôr fim ao namoro. Dowbor a seguiu, trabalhou num *kibutz*, aprendeu hebraico, mas a relação não se sustentou e ele voltou sozinho para o Brasil, passando a ver a opressão de diversos ângulos distintos.¹³

ALMOÇO EM CASA

Ladislau Dowbor foi o sucessor de Carlos Marighella na direção da VPR. Ele, generosamente, concordou em passar comigo, em sua casa, duas horas de uma tarde. Ele me preparou um magnífico almoço e me levou com ele para buscar sua filha e as amigas dela na escola. No entanto, ele evitou todas as minhas perguntas sobre aquele período e sobre sua ideologia. Na verdade, sua autobiografia publicada trata apenas brevemente do período 1968-1970 (que terminou com ele sendo preso e trocado pelo embaixador alemão seqüestrado, antes de se exilar na Argélia), dedicando-lhe apenas dois parágrafos.¹⁴

O PREÇO DA PRISÃO

Quando Shizuo Osawa, em fins de 1967, tornou-se Mário Japa, o Estado não tinha conhecimento do fato. As autoridades só ficaram sabendo que Mário Japa era Shizuo Osawa na noite chuvosa de 27 de fevereiro de 1970. Depois de 24 horas sem dormir, ele decidiu transportar uma carga de armas e de panfletos revolucionários de um esconderijo a outro, quando a pessoa designada para a tarefa não apareceu.¹⁵ Dirigindo na Estrada das Lágrimas, na Grande São Paulo, Osawa adormeceu ao volante e bateu o carro. No carro acidentado, a polícia encontrou um nipo-brasileiro portando documentos com o nome de Shizuo Osawa. Para sua surpresa, eles descobriram também armas e propaganda da VPR no porta-malas. Osawa, que havia voltado a si, foi levado primeiro para um pronto-socorro, depois para a delegacia de polícia e, por fim, para a sede do Deops, “para tratamento”.¹⁶

Osawa havia contado a seus pais sobre sua decisão de se tornar um militante. Eles, portanto, não devem ter ficado surpresos quando um funcionário “saiu da delegacia, descobriu meu endereço e foi lá em casa avisar minha família”, por não conseguir acreditar que a vítima do acidente, aquele *nikkei* de modos suaves, fosse um terrorista. O pai de Osawa, acompanhado de um advogado, chegou à sede do Deops antes de Osawa, mas de nada adiantou: dois dias depois, Gentaro Osawa foi mandado embora e informado que não havia ali ninguém com o nome de seu filho.

Rumores sobre a prisão de Mário Japa começaram a circular em meio à liderança da VPR quando ele não compareceu a uma reunião marcada. Carlos Lamarca temia que, sob tortura, ele viesse a revelar a localização do campo de treinamento do Vale da Ribeira. Ladislau Dowbor concordou: “Foi para nós uma queda pesada, porque inesperada. Era absolutamente necessário soltá-lo [Mário Japa] para salvar a área de treinamento, que ele conhecia”.¹⁷ Dowbor, então, enviou simpatizantes (em geral, familiares não-militantes que tinham autorização para ver os prisioneiros nos horários de visitas) à Prisão Tiradentes, em São Paulo, para determinar se Mário Japa de fato havia sido preso. A estratégia de Dowbor, contudo, tinha uma falha. Uma vez que ninguém na VPR sabia o nome verdadeiro de Mário Japa, foi impossível confirmar se o prisioneiro de nome Shizuo Osawa era ele ou não.¹⁸

A direção da VPR sabia que alguém chamado Shizuo Osawa estava sob custódia. Eles sabiam também que Mário Japa havia desaparecido. Eles não

tinham certeza se os dois nomes se referiam à mesma pessoa. A família Osawa sabia que seu filho estava preso, embora o Deops o negasse. O Deops e seu diretor, Sérgio Fleury, sabiam que haviam capturado uma pessoa de nome Shizuo Osawa, com armas e propaganda política, mas eles não sabiam se ele era um dos muitos “japoneses” cujos nomes apareciam nos depoimentos obtidos por meio da tortura de outros militantes políticos. Essa confusão não foi vantajosa para Osawa. Fleury, na verdade, pensava que Osawa fosse o assaltante de bancos “japonês” que ele vinha procurando. Osawa se lembra de ser acusado de incidentes nos quais ele não havia participado: “Eu sofri muito... Esse era o problema, quer dizer... como começaram a falar de um japonês, então qualquer japonês que caísse nas mãos deles ia pagar por todos. Como a loura, que criou esse mito da loura dos assaltos a banco. Então, toda a pessoa loura que caísse nas mãos da polícia estava perdida: era a mais torturada. Isso pode ter agravado a tortura”.

A identificação de Shizuo Osawa como Mário Japa era ainda mais complicada pelo número de nomes diferentes que apareciam nos registros oficiais. Entre eles, Mário Japa, Shizuo Osawa, Chizuo Osawa, Shizuo Osawa, Chizuo Osawa, Shizuo Ozawa, e Shismo Osawa.¹⁹ Mesmo assim, Fleury sabia que havia capturado um revolucionário.²⁰ Como não é de surpreender, outros órgãos do governo também queriam Osawa, que, segundo eles acreditavam, os levaria a Carlos Lamarca, o militante mais procurado do país. Quando as autoridades da Operação Bandeirantes (Oban) solicitaram que Osawa fosse transferido para sua sede, Fleury se recusou a entregá-lo. Em 1º de março de 1970, segundo o jornalista Antônio Carlos Fon, os dirigentes da Oban enviaram tropas para invadir o prédio do Deops e levar Osawa à força. Enquanto os soldados revistavam a repartição, “Fleury obrigou ‘Mário Japa’ a deitar-se no chão e saltou com os dois pés sobre seu peito, quebrando-lhe várias costelas, para impedir que os militares pudessem torturá-lo e descobrir [antes de Fleury] onde estava Lamarca”.²¹

O sadismo de Fleury não impediu Osawa de ser torturado. No entanto, o militante é lembrado por sua resistência, talvez por isso se encaixar no estereótipo da coragem e da lealdade dos japoneses. Osawa rejeita a idéia de ter sido mais corajoso que os outros. Ele contou a um jornalista que o entrevistou que ele inventou toda uma história, dotada de lógica própria, porque, como nenhum dos demais prisioneiros seria capaz de identificá-lo, suas informações jamais poderiam ser confirmadas ou negadas.²² Minha conversa com

Osawa sobre suas experiências na tortura, entretanto, tomaram um rumo totalmente diferente:

Quando fui preso, tinha a fama de que japonês era mau motorista. Então, eles pegavam essa coisa, e isso me feriu muito. E depois eu pensei nisso, no motivo de eu ter me sentido tão humilhado. Mas acho que era mais um problema pessoal, de ser chamado de incapaz de fazer uma coisa, para um jovem dói muito, já que ele acha que é onipotente.

Depois de dias de tortura terem-no deixado quase morto, ele foi levado para um hospital do Exército.

Eu tive uma experiência, depois da Oban. Como eu estava muito mal, eles me colocaram no hospital militar, e lá um dos médicos que dava plantão, que não deveria cuidar de mim, mas que era muito amigo do que estava responsável por mim... e um dia esse médico trouxe esse japonês para conversar comigo, e a gente teve uma entrevista, porque ele veio com aquele papo de que eu estava envergonhando a raça, e tal. Aí eu comecei, normalmente, a explicar para ele o que a gente fazia, e não tinha por que se envergonhar. A gente não estava roubando, nem procurando nenhum interesse próprio. Era exatamente o contrário: a gente entregava a vida por uma causa, para fazer o bem para a sociedade. A gente teve uma conversa longa... E ele voltou várias vezes. E depois eu soube pelo médico que ele tinha mudado de opinião. Tinha reconhecido que a gente era idealista, que não era nada daquilo que ele imaginava, ou tinha ouvido.

Perguntei a Osawa se essas conversas trataram das diferenças entre as gerações. Sua resposta deixou claras as categorias essencializadas nas quais muitos *nikkeis* funcionavam:

Que nem o médico lá do hospital militar, que via uma pessoa conversando e... a tendência é cair no extremo oposto, porque a idéia que se fazia dele era tão ruim, tão má, que ele ficava surpreso. É uma mostra de como é ideologicamente o japonês. Ele sempre pensa o pior de quem sai da regra. [Os *sanseis* e os *yonseis*] já têm mais flexibilidade. Mas nos *niseis*, isso permanece muito forte, eles são muito pouco flexíveis! Aquele que é excluído, é para excluir mesmo! Japonês, nesse sentido, é meio tudo igual. Qualquer pessoa que sai um pouco da margem está excluída radicalmente. Não aceita muita diferença.

Conforme os dias se passavam, a VPR decidiu que não podia correr o risco de o prisioneiro Shizuo Osawa ser de fato Mário Japa, e de ele vir a ceder sob tortura. Tendo em vista o êxito do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, trocado por 15 prisioneiros políticos no início de setembro de 1969, a liderança da VPR decidiu pôr em prática um plano já formulado de seqüestro político. O próprio Osawa havia participado das discussões, que se centravam em três grupos de alvos potenciais: os “peixes grandes” (diplomatas de alto escalão), os diplomatas de segundo nível, como os cônsules, e empresários estrangeiros.²³ As lembranças que Osawa tinha daquelas reuniões levaram a um momento cômico, quando ele riu e contou a mim, o entrevistador americano, que ele havia dito que a vítima deveria ser “de preferência americano”, e que, ao ser preso, ele tinha no bolso o nome e o endereço dessa exata pessoa.

As diferentes possibilidades foram expostas num documento da VPR intitulado “Considerações sobre os Objetivos da Operação de Seqüestro”, que delineava todos os aspectos da ação, dos alvos às estratégias de vigilância e rotas de fuga. No topo da lista de possíveis vítimas constavam diplomatas de países com grandes investimentos de capital no Brasil, incluindo os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha Ocidental e o Japão.²⁴ Israel, um país com poucos investimentos mas alta visibilidade, foi colocado no último lugar da lista. O documento misturava a etnicidade judaico-brasileira com a identidade nacional israelense, afirmando que, apesar da “força político-econômica de sua colônia [judaica]”, seqüestrar um diplomata israelense poderia criar uma reação “caracterizada como anti-semita”. Foi exatamente esse ponto que levou à altercação exaltada entre Alfredo Sirkis e seu companheiro, discutida no capítulo 4.²⁵ O documento da VPR incluía alguns *nikkeis* entre os prisioneiros de prioridade máxima: Takao Amano e João Katsunobo Amano, da Ação Libertadora Nacional (ALN); Carlos Takaoka, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Alfredo Nozumo Tsukumo, do VAR-Palmares.

A captura de Mário Japa desencadeou a execução do plano. Enquanto 15 militantes foram trocados pelo embaixador americano, em 1969, o seqüestro do cônsul japonês teve como objetivo primordial a libertação de Osawa. Segundo Maria do Carmo Brito, a VPR havia decidido que “se eles pegaram o nosso japonês, vamos pegar o japonês deles”, e eles se decidiram por Nobuo Okuchi, o cônsul-geral do Japão em São Paulo.²⁶ O raciocínio étnico por trás dessa decisão foi reforçado pelo fato de São Paulo ser a maior cidade “japonesa” do mundo fora do Japão. Além disso, o seqüestro de Okuchi causaria em-

baraço aos militares, uma vez que a mídia certamente o associaria à Exposição Internacional de 1970, em Osaka, que era a cidade-irmã de São Paulo.

Os militantes esperavam que todos esses fatores pressionariam o regime militar a trocar Osawa por Okuchi. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barbosa, lembrou-se de todos esses fatos numa entrevista concedida ao historiador Jerry Dávila, em 2004: “Os seqüestradores tinham, em minha opinião, escolhido propositalmente um japonês, quer dizer, o cônsul-geral do Japão em São Paulo. Para causar um problema para o Brasil, com um país importante para o Brasil como era o Japão. Repare bem, eles não seqüestraram nenhum africano! (risos). Eles queriam seqüestrar um embaixador de uma nacionalidade que criaria um problema internacional para o Brasil”.²⁷

A linguagem de Gibson Barbosa é semelhante à da integrante da VPR Maria do Carmo Brito, ambos se referindo à nacionalidade de Okuchi, e não à sua “nação”, implicando assim um vínculo étnico/nacional entre Osawa e Okuchi. Em matéria de capa sobre o seqüestro, a *Veja* publicou uma foto de Osawa no canto inferior direito e, na mesma capa, uma manchete sobre a Expo 1970, no Japão (figura 27).²⁸

O seqüestro foi fácil de planejar, uma vez que tanto o endereço da residência do cônsul quanto o de seu trabalho constavam da lista telefônica. Quando Okuchi saiu de seu escritório, em 11 de março de 1970, seu motorista, Hideaki Doi, parou o carro próximo ao que parecia ser um acidente. Dowbor se recorda dos preparativos numa entrevista à revista *Ramparts*, de Berkeley, Califórnia, que foi traduzida e contrabandeada para o Brasil para circulação entre a esquerda.

O seqüestro do cônsul japonês, na verdade, foi bem engraçado. De um lado do lugar onde o capturamos ficava a sede da Polícia Federal; do outro, a menos de 100 metros de distância, ficava a sede da Polícia Civil. De um terceiro lado ficava a delegacia de polícia e a apenas 50 metros ficava o órgão de segurança do Estado! Em termos militares, esse tipo de operação é bastante simples. Ele estava no carro com o motorista. Uma pessoa num Volkswagen começou a costurar pela rua, como se tivesse perdido controle do carro, e gesticulou para que o motorista do embaixador parasse, o que, é claro que ele fez, porque não queria bater no Volkswagen. Seis dos nossos entraram em ação nesse momento. Eu estava na ponta, e expliquei para o motorista do embaixador que ele deveria ficar calmo. Duas pessoas, então, pegaram o cônsul, o colocaram num carro e fugiram.²⁹

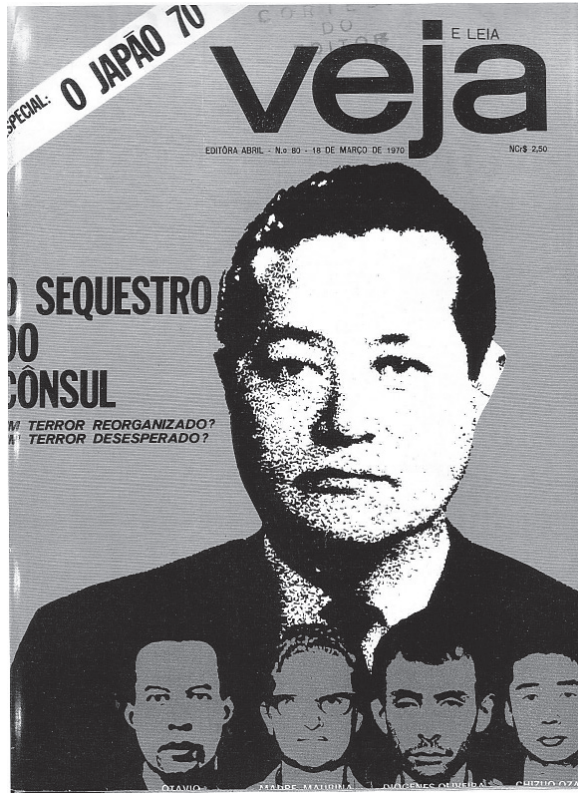


Figura 27. “O seqüestro do cônsul:
terror reorganizado? terror desesperado?”
Veja, 18 de março de 1970.
Cortesia da *Veja*, Editora Abril.

O cativo de três dias de Okuchi foi marcado por longas conversas com Dowbor e Liszt Vieira, um outro integrante da VPR, sociólogo e advogado que havia trabalhado como tradutor na Embaixada Americana. Segundo as memórias de Okuchi, os três discutiram política internacional e as diferenças culturais e sociais entre o Brasil e o Japão. Uma das lembranças do cônsul foi a “comida brasileira... mas, talvez por saberem que os japoneses gostam de arroz, serviram pratos com arroz algumas vezes”.³⁰ Talvez tenha sido a comida, ou quem sabe as conversas sobre relações internacionais, mas Maria do Carmo Brito contou à sua biógrafa que o cônsul ficou tão impressionado com Dowbor e Liszt que os tratou como “futuros estadistas”.³¹

Muito do que sabemos sobre o seqüestro vem das memórias publicadas de Okuchi, uma fonte complicada. Okuchi relata conversas em inglês entre falantes não-nativos, e que, anos mais tarde, foram lembradas em japonês. A publicação original foi traduzida para o português. Mas advertências metodológicas à parte, as conversas parecem revelar algo sobre os pressupostos étnicos dos seqüestradores, ao menos aos olhos do cônsul. Okuchi tentou convencer Dowbor e Liszt de que, da perspectiva de uma negociação, seria menos eficiente seqüestrar um cônsul-geral que um embaixador. O cônsul relata a resposta de Dowbor: “O cônsul-geral do Japão em São Paulo tem como área de jurisdição os estados de São Paulo e do Paraná, onde existem as maiores comunidades *nikkeis*. Se nós o tivéssemos como alvo, a repercussão seria muito grande, e achamos que o resultado seria bastante eficiente”. Dowbor observou, entretanto, que “se o objetivo não fosse socorrer o Mário, talvez tivéssemos escolhido um diplomata de outro país”.³² O general Newton Cruz, diretor do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), sem conhecer as idéias de Dowbor sobre o assunto, fez a mesma conexão. Ele escreveu que o seqüestro tinha dois objetivos: “traumatizar a extensa colônia japonesa de São Paulo” e “sensibilizar [para a militância] o grupo social de origem japonesa no Brasil”.³³

O público nada sabia sobre essas conversações internas, embora tivesse acesso a uma cobertura de mídia cuidadosamente controlada. As autoridades centravam seu foco no mal-estar internacional provocado pelos seqüestros e sugeriam que os militantes eram antibrasileiros.³⁴ A cobertura nos jornais, na televisão e no rádio dividia espaço com notícias sobre a Expo de Osaka, o fracasso do seqüestro de um avião brasileiro do Chile para Cuba, a explosão de uma bomba na redação de uma revista carioca e a troca de tiros entre a polícia e os militantes que tentavam seqüestrar o secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Talvez a cobertura mais sensacionalista do seqüestro de Okuchi tenha sido a do *Jornal da Tarde*, a edição vespertina de *O Estado de S. Paulo*, e o jornal mais vinculado ao governo: suas primeiras páginas traziam imagens grandes e manchetes como “E AGORA, QUANTO VAI CUSTAR O RESGATE DO CÔNSUL JAPONÊS?”, OU “SÃO SETE HOMENS, QUATRO METRALHADORAS E O CÔNSUL JAPONÊS RAPTADO”. Uma das matérias incluía, em todas as páginas, uma barra lateral com os caracteres japoneses para “seqüestro”.³⁵

O seqüestro de Okuchi causou confusão em meio ao Deops. As investigações iniciais não se concentravam exclusivamente num motivo político para o desaparecimento do cônsul, apesar do seqüestro do embaixador dos Estados

Unidos, ocorrido anteriormente. Ao invés disso, os dirigentes do Deops lembraram a longa história das difíceis relações entre aquele órgão e a comunidade *nikkei*, propondo dois outros motivos possíveis: que a imagem de riqueza dos nipo-brasileiros havia levado criminosos comuns a seqüestrar Okuchi na tentativa de obter resgate, e que a Shindo Renmei, tão forte em fins da década de 1940 com sua afirmação de que o Japão havia saído vitorioso na Segunda Guerra Mundial, estava de volta em estilo espetacular. Embora a polícia não fizesse muita idéia de como testar nem a hipótese política nem a do pedido de resgate, uma terceira possibilidade lhes ocorreu. Na manhã seguinte ao seqüestro, Kazuo Watanabe, o primeiro juiz *nikkei* do Brasil, recebeu a visita de um funcionário do Ministério da Justiça, com perguntas sobre as atividades da Shindo Renmei.³⁶ Segundo a *Veja*, Watanabe riu e acompanhou o homem até a porta de seu escritório, observando que mesmo que a Shindo Renmei ainda existisse em 1968, “eles já seriam idosos e, portanto, incapazes de uma ação dessa natureza”.³⁷ A imprensa também levantou a hipótese de uma possível conexão com a Shindo Renmei, mas a idéia foi veementemente rejeitada pelos diplomatas japoneses no Brasil.³⁸ Damon Kanda, o principal repórter do *Paulista Shimbun*, publicado em grande parte em língua japonesa, havia, seis anos antes, emigrado do Japão para o Brasil. Ele se lembra de ter visto a tese da Shindo Renmei como ridícula, embora “natural”, uma vez que “os brasileiros nada sabiam sobre a comunidade *nikkei*”.³⁹

A VPR assumiu a responsabilidade pelo seqüestro na manhã de 12 de março, deixando uma série de comunicados em diversos pontos da cidade de São Paulo. Um telefonema ao consulado japonês direcionou os representantes a um livro específico numa livraria específica. Uma outra ligação enviou um repórter do *Jornal da Tarde* (os militantes, como todos mais, sabiam que o jornal tinha ligações com o regime) a uma caixa de correio de uma residência particular. Um terceiro telefonema foi feito para o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. As autoridades brasileiras centraram-se nas exigências contidas nos comunicados, mas não era isso que mais me interessava. O que me chamou a atenção foi uma frase diferente de todas as outras encontradas em comunicados tratando de seqüestros de diplomatas estrangeiros: “O ato não é absolutamente dirigido contra o povo japonês ou os membros de sua colônia, muitos dos quais lutam conosco, ou sofrem [ilegível] torturas nas prisões”.⁴⁰ Essa sentença é de importância crucial: para os integrantes da VPR, como também para muitos paulistanos, um cenário no qual o Japão (o país),

os nipo-brasileiros (a “comunidade”) e os militantes *nikkeis* não estivessem associados era inimaginável.

O seqüestro de Okuchi recebeu intensa cobertura de imprensa. As principais fontes de informação eram as reportagens de Damon Kanda, no *Paulista Shimbun* que, como todos os jornais nipo-brasileiros, possuía dois tipos inteiramente distintos de público leitor: os da geração imigrante, que liam as seções em língua japonesa, e os nascidos no Brasil, que liam as seções em português. No entanto, as matérias de Kando criaram um novo grupo de leitores para o *Paulista Shimbun*, assim que os repórteres dos jornais majoritários descobriram que havia notícias nas notícias.

As implicações do seqüestro de Okuchi mudam de figura quando vistas da perspectiva da imprensa nipo-brasileira. Por exemplo, dois grandes jornais receberam ligações telefônicas de militantes da VPR, dizendo onde encontrar os comunicados. O *Paulista Shimbun*, contudo, recebeu um telefonema do deputado federal nipo-brasileiro João Sussumu Hirata, a quem a VPR havia contactado numa tentativa de encontrar um canal de língua japonesa para suas mensagens.⁴¹ A distância entre a VPR e a comunidade nipo-brasileira mostrava o quão separados eles e os militantes *nikkeis* eram das comunidades minoritárias de São Paulo. Esse fato contrastava de forma nítida com a tese do Deops, de que os militantes *nikkeis* representavam um elo entre a VPR a comunidade nipo-brasileira. De fato, Kanda se lembra de ser advertido de que o Deops mantinha sob vigilância o *Paulista Shimbun*, muito embora ele fosse um dos poucos jornais de São Paulo com os quais os militantes não fizeram qualquer contato direto.

A liberação do primeiro comunicado, com sua dupla afirmativa de que o seqüestro não era direcionado contra o Japão e de que muitos *nikkeis* estavam envolvidos na militância política, levou a fortes reações por parte dos líderes da comunidade nipo-brasileira. Miyasaka Kunito, presidente do Banco da América do Sul e também da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, queixou-se: “que pena que existem *niseis* e *sanseis* dentro dos seqüestradores, mas não vai ter problema porque nós [os *nikkeis*] acreditamos no Brasil”. Michiko Murakami, presidente da Sociedade Beneficente Feminina Esperança, atribuía a culpa pela existência de militantes *nikkeis* à falta de comunicação entre as crianças nipo-brasileiras e suas mães, enquanto Caio Mori, presidente da Associação Unida de São Paulo, afirmava que “não gostaríamos de pensar que algum *nikkei* esteja por trás disso, mas ouvimos dizer que há cerca de 300

nikkeis participando de atividades contra-revolucionárias. Gostaríamos de lhes dizer que, se desejam o progresso do país, é um grande erro lançar mão de métodos violentos”⁴²

Conexões entre o seqüestro e a identidade nipo-brasileira também foram feitas pela imprensa *mainstream*, que enviou uma enxurrada de repórteres para a Liberdade. Segundo a *Folha de S. Paulo*, muitos entrevistados se recusavam a acreditar que o seqüestro tivesse motivação política, insistindo que os perpetradores eram criminosos em busca de um resgate. Outros temiam que houvesse japoneses ou *niseis* entre os terroristas.⁴³ Um suspiro de alívio comunitário deve ter sido ouvido quando o *Diário Popular* deixou bem claro, usando itálicos, que nenhum dos seqüestradores “tinha feições nipônicas”.⁴⁴ Como Hirochi Inoue, um garoto de 16 anos que trabalhava numa loja de produtos elétricos declarou à *Folha de S. Paulo*: “Minha família ficou muito aborrecida porque pensou que os seqüestradores fossem japoneses e sentiu-se envergonhada. Agora está melhor”⁴⁵

A VPR temia uma reação negativa por parte dos *nikkeis* mais convencionais.⁴⁶ Por essa razão, Ladislau Dowbor enviou ao Presídio Tiradentes um simpatizante da VPR, desconhecido da polícia, para convencer um militante preso a escrever uma carta em japonês “para a colônia japonesa, dizendo que o seqüestro do cônsul japonês nada tinha a ver com o povo daquele país, e também que havia sido feito apenas para libertar um revolucionário japonês”.⁴⁷ Embora, ao escrever essa frase, Dowbor estivesse premido pelas circunstâncias, ela ilustra os diferentes significados atribuídos à palavra “japonês”, que podia se referir a uma comunidade étnica, a um indivíduo nascido no Brasil e a um representante do governo japonês. Carlos Takaoka, a pessoa a quem se pediu que escrevesse a carta, recusou, por medo de colocar outros prisioneiros políticos em risco.⁴⁸

No Japão, a cobertura da imprensa era constante. Repórteres da mídia japonesa que trabalhavam nos Estados Unidos foram enviados ao Brasil, e relatórios diários eram publicados na primeira página não apenas dos jornais populares e de elite, mas também dos de esportes. Alguns artigos afirmavam que o seqüestro havia sido motivado por sentimentos antijaponeses, e o embaixador do Japão, Koh Chiba, pediu aos repórteres que entrevistassem “pessoas comuns” no Brasil para contestar essas idéias.⁴⁹ Tokizo Araki, um outro diplomata japonês servindo no Brasil, que havia causado sensação em 1968, ao apresentar uma grande placa de bronze comemorando a visita do príncipe-

herdeiro, na inauguração da nova sede do Fluminense Football Club, no Rio de Janeiro, também rejeitou a idéia de que o seqüestro refletia sentimentos antijaponeses. Os leitores do *Notícias Populares*, de São Paulo, viram os comentários de Araki publicados ao lado do anúncio de um caminhão da Volkswagen, que tinha como ilustração um agricultor *nikkei* postado à frente do veículo, e a palavra “Garantido”, em letras grandes.⁵⁰

O sentimento de que os japoneses eram “garantidos” talvez explique a suposta participação de Okuchi na elaboração das exigências da VPR que levariam a sua libertação. Durante uma de suas “freqüentes conversas amigáveis”, o cônsul e seus seqüestradores concentraram-se na reivindicação de que o regime pusesse fim a todos os tipos de tortura.⁵¹ Ele defendeu a idéia de que os militantes “tinham que expressar suas exigências em termos aceitáveis”, e então propôs a eles uma linguagem que “levava na devida conta a justiça e a legislação em vigor”. Para reforçar esse ponto, ele disse a seus captores que “estava particularmente interessado em questões de linguagem porque estava pensando em suas próprias chances de libertação [e] que ele estava disposto a morrer pelo Japão, mas não pelo Brasil”.⁵² O ponto de vista de Okuchi parece ter encontrado ressonância: o conjunto final das exigências, ao que tudo indica, fazia uso dos termos propostos por ele.

Assim que o desaparecimento de Okuchi foi confirmado como seqüestro político, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil entrou em cena. O chanceler Mário Gibson Barbosa se lembra de uma reunião onde seria discutida a resposta oficial às três principais exigências da VPR: que sua mensagem revolucionária fosse publicada na imprensa, que o governo libertasse cinco militantes cujos nomes seriam divulgados, e que os cinco militantes recebessem asilo no México. Gibson Barbosa argumentou veementemente a favor da preponderância do protocolo diplomático e, depois de muito debate, a decisão de salvar o cônsul Okuchi foi tomada.⁵³

Não demorou mais que 24 horas para que o governo brasileiro concordasse com as exigências da VPR.⁵⁴ Após uma série de contatos, uma lista de cinco prisioneiros (mais três crianças) foi publicada pela imprensa *mainstream* e nipo-brasileira. Para a VPR, assegurar a libertação de Mário Japa não era tarefa fácil, uma vez que eles não tinham certeza de sua real identidade nem de seu verdadeiro nome. Por essa razão, a lista de prisioneiros a serem trocados referia-se a ele apenas como “um *nisei* de nome de guerra Mário”, e foi o Deops que acrescentou à lista o nome verdadeiro de Osawa.⁵⁵ A VPR, equivocada-

mente, acreditava que uma outra pessoa constante da lista, mencionada apenas pelo nome de Toledo, teria estado no acidente de carro com Osawa, e que essa pessoa seria capaz de confirmar a libertação de Osawa.⁵⁶ Havia um problema, contudo. O governo não tinha em seu poder um prisioneiro conhecido como “Toledo”, e Osawa foi novamente torturado na tentativa de obter essa informação.⁵⁷ No último minuto, quando ambos os lados deram-se conta de que nenhum Toledo havia estado no acidente de carro, um outro comunicado acrescentou o nome de Diógenes José Carvalho de Oliveira à lista de prisioneiros a serem libertados, uma vez que ele conhecia de vista Mário Japa e seria capaz de identificá-lo.⁵⁸

A revelação de que um nipo-brasileiro estava prestes a ser trocado pelo cônsul japonês chocou o público. O *Jornal da Tarde* tomou a postura mais agressiva, publicando uma matéria com a manchete: “PRESTE MUITA ATENÇÃO: OS JAPONESSES DO TERROR”.⁵⁹ Alguns *nikkeis*, sabendo da ligação entre o Deops e o jornal, temeram que a matéria fosse uma advertência de que “uma vez que tantos japoneses estão se engajando em atividades guerrilheiras, há uma responsabilidade coletiva da sociedade japonesa, neste caso”.⁶⁰ O *Nihon Keizai Shimbun*, de Tóquio, expressou preocupação de que a revelação viesse a prejudicar a comunidade *nikkei*, enquanto o *Yomiuri Shimbun* sugeriu que, à medida que mais empresas japonesas investissem no Brasil, o número de guerrilheiros nipo-brasileiros iria crescer.⁶¹ Para os diplomatas brasileiros no Japão, a atenção despertada era embaraçosa porque “o incidente está sendo observado pela totalidade da população do Japão, a qual dispõe de 22 milhões de televisores”.⁶²

No começo da tarde de 14 de março de 1970, o presidente general Emílio Garrastazu Médici assinou um decreto banindo os cinco militantes do território nacional em troca da libertação do cônsul-geral Okuchi. Horas depois, naquele mesmo dia, a televisão mostrou o grupo começando a ser reunido no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O cônsul, ainda em cativeiro, também assistia, e ele viu Osawa, que “pareceu-me abatido”.⁶³ Incluída no grupo estava a madre Maurina Borges da Silveira, uma freira cuja prisão e tortura transformaram-se numa causa célebre, e que recebeu o crédito de ter levado a Igreja católica do Brasil a apoiar publicamente uma posição de defesa dos direitos humanos.⁶⁴ Eram aproximadamente 17h30 quando o Caravelle PP-PDX, bem conhecido do público brasileiro, porque uma aeronave do mesmo modelo havia sido seqüestrada por militantes e desviada para Cuba, no ano anterior, decolou para o México.

O vôo foi demorado, com quatro escalas, e o cônsul permaneceu em cativo até o avião pousar na Cidade do México, no domingo de 15 de março de 1970. Shizuo Osawa teve que ser ajudado a entrar no avião por ter sido fortemente torturado (segundo o Deops, os ferimentos deviam-se ao acidente de carro).⁶⁵ A legenda da fotografia da Associated Press da chegada de Osawa fazia menção especial ao fato de ele ser “chamado Mário Japonês” (ver figura 28).

Após receber a confirmação de que Osawa estava livre, a VPR se preparou para soltar Okuchi, em 16 de março de 1970. No entanto, os seqüestradores notaram uma forte presença policial nas ruas. Num bilhete escrito à sua mulher, Okuchi conseguiu passar o número do telefone da casa onde ele se encontrava preso, o que permitiu à polícia identificar o bairro, mas não a casa. Uma vez que a VPR se recusava a libertar Okuchi nessas condições, o presidente general Médici ordenou que a polícia saísse das ruas. No dia seguinte, o motorista de táxi Joaquim dos Santos apanhou um passageiro japonês e o levou ao endereço solicitado, onde cerca de mil pessoas se aglomeravam.⁶⁶ Apenas o repórter Damon Kanda, do *Paulista Shimbun*, reconheceu o homem que desceu do táxi como sendo o cônsul Okuchi.⁶⁷

Naquela mesma noite, após ser advertido pelo embaixador Chiba a “ter o máximo de cuidado nas suas declarações, para não exasperar o lado [o governo] brasileiro”, Okuchi fez seu primeiro pronunciamento oficial para cerca de duzentos repórteres. Nos dias que se seguiram, Okuchi de fato exasperou as autoridades brasileiras, ao se recusar a condenar os seqüestradores e ao afirmar que ele não se lembrava de suas fisionomias. Em suas memórias, sua explicação foi de que “o homem que eu havia visto usava barba, mas na foto [que a polícia lhe mostrou] ele estava barbeado”.⁶⁸

O Partido Socialista Japonês Motojiro Mori, integrante da câmara alta da Dieta Japonesa, também se aborreceu com o cônsul Okuchi, atacando o diplomata por não ter tentado, de forma mais agressiva, obter informações durante seu cativo e por, mais tarde, chamar os seqüestradores de “cavalheiros”.⁶⁹ Okuchi não deu atenção a Mori e repetiu suas declarações em conversas privadas com diplomatas dos Estados Unidos. Ele também se dirigiu aos norte-americanos em busca de aconselhamento sobre segurança pessoal, uma vez que, após sua libertação, ele recebeu vários telefonemas ameaçadores, e acreditava que “talvez ele não corresse perigo com relação ao grupo que o havia seqüestrado, mas havia outros grupos que logo poderiam capturá-lo, como a qualquer outro”.⁷⁰ De fato, apenas um mês após a libertação de Okuchi, o cônsul-geral de



Figura 28. Foto da Associated Press, 15 de março de 1970.
 Dos Arquivos do Deops, 30Z/160/5628.
 Arquivo do Estado de São Paulo. Usado com permissão do
 Arquivo do Estado de São Paulo.

Taiwan em São Paulo deu queixa de que um “homem oriental” havia entrado em seu apartamento e tentado “subjugar a empregada com uma injeção no braço”. Os gritos da empregada alertaram os vizinhos, que chamaram a mulher do cônsul. Ao entrar no apartamento, ela recebeu um telefonema de uma pessoa falando chinês que disse a ela que “se o cônsul-geral não deixar o Brasil até o fim do mês, eu o matarei e a toda a sua família”. Vinte e quatro horas depois, a família do cônsul havia recebido vistos para os Estados Unidos.⁷¹

As matérias publicadas nos jornais brasileiros após a soltura de Okuchi usavam, consistentemente, uma linguagem que esmaçava os contornos entre o cônsul japonês servindo no Brasil e o militante brasileiro que tinha um “nome japonês” e era chamado de “Japa”. Os jornais brasileiros em língua por-

tuguesa publicaram inúmeras reportagens sobre matérias publicadas nos jornais brasileiros em língua japonesa.⁷² A *Folha de S. Paulo* chegou a ilustrar sua matéria sobre a libertação do cônsul com uma fotografia do *São Paulo Shimbun*. Essa mesma edição da *Folha* trazia uma longa matéria sobre uma criança-prodígio nipo-brasileira (recorde-se que Osawa havia sido chamado de “Cérebro Atômico” e que, orgulhosamente, ele havia perguntado ao repórter: “Você sabe que um *sansei* pode ser presidente da República?”).⁷³ A capa da *Veja* (ver figura 27 acima) reunia Okuchi, Osawa e uma faixa diagonal no canto superior sobre a Expo, que atraía tanta atenção quanto a matéria da capa, “O seqüestro do cônsul”. O artigo levava diretamente a uma reportagem sobre a Expo 70, que sugeria (de forma correta) que a imagem do Japão como hiper-moderno e tecnológico havia alterado a maneira como os agricultores nipo-brasileiros eram vistos no Brasil.⁷⁴

Os discursos sobre etnicidade e nação não se restringiam ao Brasil. No Japão, as notícias de que Okuchi havia sido trocado por Osawa levaram a discussões sobre as implicações negativas da diáspora. A maioria dos artigos publicados na imprensa japonesa recortavam as fotografias do grupo dos militantes libertados de modo a que só Osawa aparecesse.⁷⁵ Um editorial do *The Japan Times* fez uma série de conexões, bem ao estilo do Deops, entre o fanatismo japonês durante a Segunda Guerra, o movimento Shindo Renmei brasileiro da década que se seguiu à guerra, e os movimentos revolucionários japoneses e brasileiros surgidos nas décadas de 1960 e 1970: “O fato de haver pessoas de ascendência japonesa nesse bandos [terroristas] não é de surpreender, quando lembramos que havia extremistas japoneses que se recusavam a acreditar na derrota do Japão na guerra. Muitos deles, com o passar do tempo, transformaram-se em desordeiros”.⁷⁶ Um editorial do *Yomiuri Shimbun* (replicado em inglês com o nome de *The Daily Yomiuri*) assumiu posição semelhante, deturpando uma frase supostamente dita por Osawa, que teria afirmado que todos os esquerdistas nipo-brasileiros pertenciam a um único grupo guerrilheiro determinado a “fazer a revolução”.⁷⁷ Talvez essa seja a razão pela qual o *Sankei Shimbun* publicou um artigo sobre o caso Okuchi lado a lado com um outro sobre a prisão de dois integrantes do Exército Vermelho Japonês.⁷⁸

Os jornais do Japão publicaram também matérias sobre as reportagens publicadas nos jornais brasileiros, incluindo a mencionada acima, com o subtítulo “O terror japonês”. Num dos casos, um jornal japonês chegou a citar um jornal brasileiro majoritário citando um jornal nipo-brasileiro.⁷⁹ Embora a

maioria dos militantes nipo-brasileiros fossem filhos de trabalhadores rurais, eles, com frequência, eram retratados no Japão como provenientes de “famílias que desempenham papel de liderança na sociedade japonesa do Brasil”.⁸⁰ Essas múltiplas mensagens refletiam a ambivalência com a qual muitos japoneses viam os emigrantes: por um lado, havia orgulho pelo êxito da diáspora, por outro, os aspectos não-japoneses da vida da diáspora eram precisamente o que levava os jovens *nikkeis* a adotar posições anti-autoritárias.

Após o desfecho do seqüestro, os governos brasileiro e japonês asseguraram um ao outro que os acontecimentos não prejudicariam “as relações tradicionalmente amistosas entre os dois países”.⁸¹ O governo brasileiro não se esqueceu dos militantes que havia banido, mantendo Shizuo Osawa sob cuidadosa vigilância, quando ele trocou sua breve estadia no México por uma longa temporada em Cuba e, depois, no Chile, em Portugal, na Bélgica e em Angola.⁸²

Os líderes da comunidade nipo-brasileira temiam que o seqüestro abalasse suas relações tanto com o regime brasileiro quanto com o governo japonês. O avô de Osawa foi ao consulado japonês em São Paulo “pedir desculpas em nome de toda a minha família pela vergonha de ter um subversivo”. O cônsul viu essa contrição como desnecessária, escrevendo em suas memórias que o desejo de Osawa de melhorar o Brasil significava que “não tinha qualquer sentido o sentimento dos japoneses da primeira geração que se lamentavam, considerando vergonhosa a existência de *niseis* e *sanseis* militando na guerrilha”.⁸³

Shizuo Osawa se recorda com grande orgulho da recusa de Okuchi a condenar seus captores, após o seqüestro. Ao me dizer isso, ele me contou uma história na qual ele demonstrou perceber Ladislau Dowbor, que havia planejado o seqüestro, não como um militante, mas como integrante de uma outra minoria: “A polícia ficou com uma raiva dele, porque era impossível não descrever e não reconhecer o Ladislau. O Ladislau é louro, de um tipo completamente diferente do brasileiro normal. Então, era muito fácil, ele era muito fácil de reconhecer. Ele [o cônsul Okuchi] não reconheceu ninguém, não descreveu ninguém (rindo). A polícia ficou com uma raiva dele, porque ele não só não colaborou, como ele fez o contrário, ele sabotou a polícia!”

Ao que parece, Okuchi se lembrava de Osawa com o mesmo orgulho, observando em suas memórias que “Osawa aprendeu dos pais a laboriosidade dos japoneses, tinha respeito pelo Japão e por seu povo. Entretanto, ele tinha a convicção de que era brasileiro, nascido e criado no Brasil. Ele pensava primeiro no Brasil, e lutava por esse país”.⁸⁴

Talvez devido a esses sentimentos, Okuchi optou por um caminho diferente do dos outros diplomatas seqüestrados, que deixaram o Brasil logo após serem libertados. Ele permaneceu como cônsul-geral em São Paulo, deixando o seqüestro para trás.⁸⁵ Quando Osawa foi anistiado e voltou para o Brasil, em 1979, ele ficou sabendo que Okuchi era agora embaixador do Japão. Desta vez, Osawa pensou mais seriamente em se encontrar com Okuchi, para “agradecer sua atenção e a preocupação”, mas temeu que o encontro pudesse “causar problemas para ele”. Osawa, juntamente com Ladislau Dowbor, acabou por marcar um encontro com Okuchi em 1989, quando o ex-embaixador voltou ao Brasil para o lançamento de suas memórias. Esse encontro, entretanto, foi cancelado quando Okuchi adoeceu repentinamente, vindo a falecer pouco depois. O militante “japonês” nunca chegou a se encontrar com o cônsul japonês.

CONTROLE DE NOME

Damon Kanda, o repórter do *Paulista Shimbun*, contou-me uma história que nunca foi publicada. Numa festa em Brasília, nos anos 1980, Okuchi encontrou Ladislau Dowbor, então funcionário público. Segundo Kanda, o antigo cônsul e o antigo militante trocaram um aperto de mãos e conversaram simpaticamente. Eu tive muitas conversas simpáticas com Shizuo Osawa, que hoje assumiu o controle do significado de seu codinome. Ele insiste que seus amigos o chamem de “Japa”, o mesmo nome que causava tanto descontentamento no Brasil no final da década de 1960.⁸⁶